



Eleições 2010

Trazemos neste sexto boletim mais um manifesto escrito a partir do intenso debate que temos neste momento na equipe do NIGS. Este boletim traz entrevista da lúcida psicanalista Maria Rita Kehl e artigos do cineasta Jorge Furtado, de nossas companheiras antropólogas Rozeli Porto e Heloisa Souza e da feminista Fátima Oliveira, que acompanhados da plataforma feminista pela legalização do aborto no Brasil mostram nossa clara posição pelo enfrentamento dos preconceitos na defesa incondicional dos direitos das mulheres a ser donas de seus corpos e soberanas em relação a reprodução.

Manifesto NIGS | Eleições 2010

Número 6, Outubro de 2010

E se Dilma falasse às mulheres....

Antropóloga Heloisa Souza, do NIGS/UFSC, reflete sobre a pauta feminista sobre o aborto nas eleições.

Página 2

Maria Rita Kehl

A psicanalista responsabiliza Serra por uso de aborto e questões religiosas

Página 3

Visibilidade às avessas?

Antropóloga Rozeli Porto, da UFRN, fala sobre aborto nas eleições, ressaltando os temas da laicidade e da ética

Página 4

Em leilão os ovários das mulheres!

Fátima Oliveira, médica e escritora, reflete sobre liberdade reprodutiva e maternidade voluntária

Página 5

As meninas e os canalhas

Crítica do cineasta Jorge Furtado ao processo eleitoral

Na Idade Média

A jornalista Cynara Menezes afirma que o aborto virou arma dos conservadores

Página 6

Plataforma para legalização do aborto no Brasil

Por Frente Nacional contra a criminalização das mulheres e pela legalização do aborto

Página 7

A Batalha em Campo Grande

Antônio Martins analisa o episódio "bolinhagate" e o papel da blogosfera e do Twitter na desmontagem da farsa

Página 11



E se Dilma falasse às mulheres...

Por Heloisa Regina Souza (PPGAS/NIGS/UFSC)

Lembro que no Fórum Social Mundial de 2003, o recém-eleito presidente Lula disse a uma multidão emocionada que ele nunca tinha visto, na história do Brasil, tamanha esperança! E era fácil concordar com ele. Pois havia um sentimento compartilhado que quase dava pra sentir no ar, que vinha nos sorrisos, nas lágrimas de alegria, nos abraços e no entusiasmo que tomava conta de todos, como que prenunciando uma nova era. Lembro-me que foi ali, vibrando com a vitória de Lula e em meio a quase 100 mil pessoas cheias dessa esperança contagiante, que aprendi que imaginar um outro mundo possível é o primeiro passo para empreendermos transformações profundas na sociedade brasileira. Hoje, quase oito anos depois, às vésperas de uma nova eleição, observando atônita e decepcionada, o tema do aborto se transformar em uma cortina de fumaça que impede o verdadeiro debate político que interessa para a sociedade brasileira, eu relembro daquela lição que aprendi em 2003, e fico imaginando como eu gostaria que as coisas fossem, se elas não fossem assim...

Antes de qualquer coisa, Dilma estabeleceria não um compromisso com bispos, padres e pastores, mas uma grande, inédita e histórica aliança com as mulheres brasileiras. Somos 86 milhões de mulheres e quase 70 milhões de eleitoras no Brasil, o que corresponde a 51,8% do eleitorado. Isso significa que as mulheres superam os homens em 5 milhões de votos. Por isso, em vez de ouvir os setores mais fundamentalistas da sociedade brasileira, ignorando o que as mulheres têm a dizer sobre o assunto, Dilma teria falado diretamente conosco, propondo um debate franco, aberto e informado.

Em vez de bater ponto em templos e igrejas para mostrar que é uma mulher de fé, Dilma iria aos meios de comunicação em massa, com a recente Pesquisa Nacional sobre Aborto* embaixo do braço, e mostraria às mulheres e também aos homens do nosso país porque o aborto é um caso de saúde pública! Ao invés de desfilar ao lado de mães e crianças pra mostrar que é a favor da vida, Dilma esclareceria que as vidas de milhares de mulheres estão sendo postas em risco, devido à ilegalidade do aborto.

Ela contribuiria para democratizar o acesso ao conhecimento em nosso país, mostrando que uma em cada cinco mulheres brasileiras até 40 anos já fez aborto, e que isso equivale a 60 estádios do tamanho do Maracanã lotados! Ela diria aos quatro ventos, o que ela disse na Sabatina da Folha de São Paulo, em outubro de 2007: "que é um absurdo que não haja descriminalização do aborto no Brasil!" e mostraria que 250 mil mulheres por ano dão entrada nos hospitais públicos para fazer curetagem e que a maioria delas é negra e pobre, pois as consequências negativas do aborto inseguro recaem principalmente sobre as camadas mais desfavorecidas.

Dilma trataria do tema do aborto como parte de um conjunto mais amplo de problemas crônicos vividos pelas brasileiras e mostraria que uma verdadeira política pública pró-aborto não poderia jamais deixar de incluir a ampliação do acesso a métodos contraceptivos, ao planejamento familiar e à esterilização cirúrgica. Dilma teria falado de sua preocupação com a equidade de gênero no Brasil e das estratégias que implementaria para aumentar a renda, a escolaridade e as redes de apoio das mulheres trabalhadoras como creches e escolas em tempo integral. Porque Dilma sabe que o aborto legal, livre, seguro e gratuito faz parte de uma estratégia muito mais ampla que visa melhorar a qualidade de vida de todas as mulheres. Dilma sabe que não é justo que as mulheres pobres paguem o preço, muitas vezes com suas próprias vidas, pela incapacidade do estado e da sociedade de proverem condições de educação, cidadania e planejamento reprodutivo para todas e todos. Em vez de se posicionar de modo conservador, defendendo a manutenção da atual legislação brasileira, ela esclareceria que o problema do aborto no Brasil é gravíssimo até para os casos previstos na constituição desde 1942, mostrando que os serviços públicos de atendimento para o aborto legal são ainda incipientes e precários, e afirmaria seu compromisso na ampliação e no aperfeiçoamento desses serviços.

Dilma teria mostrado que a grande maioria das mulheres que fez aborto teve filhos, tem família e é religiosa, e que a prática do aborto no Brasil se distribui de forma semelhante em todas as classes sociais. Ela

falaria diretamente às mulheres, tratando-as como sujeitos de suas vidas, em vez de curvar-se para os setores mais conservadores e machistas da nossa sociedade que sempre excluíram as mulheres do diálogo, negociaram e controlaram seus corpos à sua revelia. Ela teria aproximado as diferentes mulheres brasileiras, em vez de tratá-las a partir de uma visão separatista que barganha com padres e pastores por supostos votos de religiosos e religiosas.

Ela também teria dito em alto e bom som que ser a favor do aborto não é ser contra a vida e que se pode ser contra o aborto, mas a favor da sua não-criminalização. Ela teria dito que o aborto pode ser um pecado para algumas, mas não um crime para todas e nos faria pensar sobre o direito à maternidade planejada e à auto-determinação reprodutiva como direitos de TODAS as mulheres, sem discriminação de classe, credo, cor da pele ou orientação sexual.

Se Dilma Rousseff representa mesmo a chance de continuidade e de aprofundamento das políticas benéficas promovidas pelo governo Lula, como tanto queremos crer, ela precisa ir além. Recentemente, a grande Marilena Chauí nos lembrou que a democracia se faz pela ampliação dos direitos sociais e que o direito à palavra e ao pensamento e a liberdade de expressão são os direitos democráticos fundamentais. Portanto, não deixaremos de exercer esse direito, lembrando e exigindo de Dilma – a próxima presidente do Brasil – um outro mundo possível... E faremos muito barulho!

À luta companheir@s, pois teremos muito trabalho a fazer.



* Realizada por pesquisadores da Universidade de Brasília UnB e pelo Instituto de pesquisa Anís – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. Foi conduzida com rigor científico pioneiro para o tema, através de técnicas de urna, que garantiu o sigilo das mulheres e a precisão dos dados.

Maria Rita Kehl

Em entrevista a CartaCapital, a psicanalista responsabiliza Serra pelo nível do debate eleitoral, fala de aborto e corrupção

A campanha eleitoral assumiu um tom fascistóide, diz Maria Rita Kehl

Celso Marcondes

15 de outubro de 2010 às 16:02h

O fim da coluna da psicanalista Maria Rita Kehl no O Estado de S.Paulo foi um dos assuntos da semana, em particular na internet. Seu artigo "Dois Pesos" foi pesado demais para os donos do diário paulista. Neste espaço, publicamos vários artigos a respeito. A repercussão enorme gerou até um abaixo-assinado que corre pela rede em sua defesa. Passado o impacto, Rita Kehl conversou com CartaCapital a respeito das eleições presidenciais, que ela acompanha de perto, com o olhar da profissional conceituada em sua área e também com a visão de cidadã e jornalista, carreira que seguiu nos tempos da ditadura. Ela se diz escandalizada com os temas que tomaram conta do debate eleitoral e responsabilizou a campanha do PSDB por isso.

CartaCapital: Seu artigo no Estadão discutia a disseminação de um grave preconceito através da rede. Essa parece ter sido uma característica do uso do veículo nestas eleições, em particular entre a chamada classe média. Você acredita que a internet, pelas suas especificidades, ajuda a este tipo de comportamento?

Maria Rita Kehl: Ajuda de fato. A internet, pela facilidade de acesso, pelas características que só ela tem, apresenta este potencial terrível de ser lugar da fofoca, de blábláblá. Mesmo quando não é um uso irresponsável, como são os casos destes tuites para dizer "olha, eu estou aqui", "eu existo", "olha a foto do meu filho", "do aniversário do fulano". Mas tem também um potencial incrível, como a possibilidade de convocar uma passeata da manhã para a tarde, como aconteceu antes da guerra do Iraque, em vários países do mundo, e reunir milhões de pessoas. Então, eu não condenaria a internet, ela tem grande potencial, é um veículo que dá justamente a possibilidade de você se incluir, de você escrever, pelo menos para quem é da classe média ou que tem acesso a uma lan house. Ela serve a essas duas coisas. Talvez com o tempo os leitores comecem a criar sua própria capacidade de discriminar.

CC: O preconceito que você identifica no teu artigo, este incomodo com a ascensão dos mais pobres, e por consequência com um governo mais identificado com eles, não é uma marca das nossas elites que aparece muito na rede?

MRK: Veja, a internet divulgou essas correntes preconceituosas, apócrifas, que sempre começavam assim: "uma prima minha", "um parente meu", "um amigo da minha empregada", sempre assim. Mas por outro lado, o que tem de legal, é que, por exemplo, este meu artigo foi mais lido que qualquer outra coisa que eu jamais tenha escrito. Se ele tivesse ficado apenas no Estadão, ele teria sido lido, mas jamais deste jeito. Isso é uma coisa muito legal.

CC: Falemos de ética: você acha que o caso Erenice atingiu eleitoralmente esta classe média?

MRK: Eu acho que sim. Eu li um artigo dizendo que o caso Erenice foi mais decisivo para exigir o segundo turno que essa "fofocaiada" toda sobre o aborto. E, infelizmente, está certo. O governo para o qual eu voto e continuo votando tem uma leniência com a questão da corrupção, que deixa até difícil um petista defender, tenho que dizer isso. Lula naturalizou a corrupção, como sendo parte do jogo político. E aí, está bom, quando fica mais escandaloso, demite. Mas "deixa acontecer", entendeu? Renan Calheiros, Sarney, são vergonhas que a gente tem que engolir, fica parecendo que é culpa da oposição agitar isso. Claro que ela vai agitar. Nós agitaríamos isso se aparecesse uma coisa tão escandalosa na outra campanha. A diferença aí – que é a favor da atitude do governo Lula, mas que ao mesmo tempo não o torna vítima – é que o governo Lula não consegue blindar a imprensa como o governo do PSDB consegue, porque tem a imprensa na mão. Então, quando surge alguma coisa, surge como fofoca que desaparece no dia seguinte. Como a coisa do Paulo Preto, que o Serra não respondeu no debate e ficou por isso mesmo. A gente sabe que é um governo que blinda. O Alckmin, como a candidatura dele estava bem, teve a campanha toda em céu de brigadeiro, do começo ao fim, não tinha ninguém que pudesse pegar alguma coisa e contestar. E se pegasse, não ia sair na imprensa. De fato, a grande imprensa se encarrega de censurar quaisquer denúncias sobre os governos que ela apoia. Mas mesmo que a imprensa seja parcial ao denunciar um caso como o da Erenice, o caso em si está errado, não poderia aparecer.

CC: O governo não poderia ficar surpreso com a "escandalização" feita pela grande imprensa, certo?

MRK: Claro! Ele sabe qual é o jogo e não era para ter corrupção deste jeito. Uma coisa ou outra você não controla, uma coisa pequena, mas para mim é difícil responder quando as pessoas dizem: "mas, como? Estava no nariz dela! Era uma coisa que estava a família inteira metendo a mão". Coloca os petistas numa situação difícil.

CC: Esta eleição está sendo marcada também pela discussão de temas no campo da moral: aborto, religião. O que te parece isso?

MRK: Eu acho que isso mostra o atraso da sociedade brasileira. Porque, claro, nenhum candidato vai ser eleito se estiver em descompasso com a maioria da sociedade. O Plínio foi um exemplo ótimo, de um cara que falava tudo o que tinha na cabeça, tudo o que ele pensa de verdade, de uma forma consistente, porque ele não tinha compromisso de se eleger. O que me espanta é o atraso da sociedade brasileira. E a ignorância aí é apoiada pelo Serra de misturar questões religiosas com questões políticas. Como é que as igrejas começam a pautar a lei agora? Uma coisa é eles decidirem o que é pecado e o que não é, outra coisa é eles decidirem o que é ilegal e o que não é.

CC: E isso acabou virando pauta de campanha presidencial, não é?

MRK: Vira pauta e vira motivo de constrangimento. A campanha do PSDB tem responsabilidades sim, de



acirrar esta intolerância religiosa neste momento da campanha. A Dilma respondeu duas vezes no debate da Band que neste País não tem intolerância religiosa. Fica esta irresponsabilidade feia do PSDB estar acirrando isso, mas ao mesmo tempo a sociedade mostra neste ponto como é atrasada. Aparecem comentários de que a Dilma é a favor do aborto como se ela tivesse o poder de decidir, se ela apoia o aborto, vai ter aborto. Como se isso não tivesse que passar pelo Congresso. Além de tudo joga muito com a ignorância do povo.

CC: E os candidatos chegam a "endireitar", fazer campanha nas igrejas e citarem Deus à exaustão. Não acha que isso tem um papel deseducador, em particular para crianças e adolescentes?

MRK: Isso é o pior. Por um lado, eu acho que o problema da corrupção não é da responsabilidade do PSDB, eles vão extrair o máximo de vantagens que puderem arrancar deste caso da Casa Civil. Por outro lado, é responsabilidade sim, do PSDB e da campanha Serra o tom fascistóide que estas coisas estão adquirindo. É horrível que os candidatos tenham que aparecer ajoelhados comungando, dizendo que são a favor da vida...claro que são a favor da vida, quem é que não é? Agora, é a Igreja que não é a favor da vida. Aí é uma opinião minha. A ONG Católicas pelo Direito de Decidir me convidou para debater e elas pensam assim: a criminalização do aborto é uma questão contra a liberdade sexual da mulher, ponto. Não pode usar camisinha, porque a Igreja também é contra. Então é uma questão de dizer: sexo só dentro do casamento e só para ter filho. É isso, que não está escrito assim, mas é o que está dito. Se não pode usar preservativo, não pode evitar filho, não pode nem evitar infecções, epidemias como o HIV que mata milhões na África, que "a favor da vida" é esse?

CC: O Dafolha divulgou uma pesquisa que diz que a posição contra o aborto na sociedade aumentou depois destas semanas de discussão na campanha, veja o efeito nocivo.

MRK: Claro, porque o que circula é uma desinformação, "coitadinha da criancinha", "eu poderia ter sido abortado" e "porque eu não fui abortado eu estou aqui", não é neste grau. E a Marina tem responsabilidade nisso. Mesmo que a Dilma ganhe, a sociedade retrocedeu muito e isso é responsabilidade da campanha. É terrível.



VISIBILIDADE AS AVESSAS?

Rozeli Porto

Profª Drª Dpto. Antropologia/UFRN

Nunca numa eleição para presidente do Brasil temas controversos como o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo foram utilizados de maneira tão deturpada para servir como moeda de troca da hipocrisia. Todas/os nós brasileiras/os, informados e desinformados, religiosos e ateus, verdes, vermelhos ou sem cor, temos nos deparado através de midiopanoramas (APPADURAI, 1999) com um ritmo alucinante de notícias, boatos e manifestos sobre este polêmico e dicotomizado segundo turno.

Deparamo-nos com notícias de toda a ordem, mas o ponto fulcral desta eleição em vários momentos parece resumir-se ao "corpo reprodutivo" e a sua "construção como pessoa" (MAUSS, 2003) e, conseqüentemente, como construção de outras "pessoas". Isto é, como o governo, as igrejas e demais instituições querem construir obrigatoriamente a parte reprodutiva de nossos corpos como pessoas que se obrigam a constituir outros corpos. O problema é que as vezes não queremos ou mesmo não podemos reproduzir esse desejo alheio religioso, familiar ou governamental... Tanto Serra quanto Dilma já concordaram com isso... mas parece que agora esse "CQC" ("custe o que custar") presidencialável entrou derrocadamente em ação.

Não vamos repetir aqui o que os presidencialáveis ou quaisquer outros meios de comunicação já disseram - ou não disseram - sobre o assunto (ser contra, ser a favor...o que isso importa?). Penso que não preciso citar os conteúdos dessas notícias. Apenas lembrar o quanto de "laicidade" e de seriedade lhes falta nesses contextos.

Enquanto a tendência dos países europeus está em descriminalizar o aborto e "autorizar" que pessoas do mesmo sexo possam casar-se legalmente, a luta por essa mesma tendência no Brasil é controversa e no mínimo retrógrada. Pesquisas demonstram que as mulheres estão morrendo em decorrência de abortos inseguros, especialmente as pobres e as negras. E, ainda, que uma entre cinco mulheres (e os homens?) em idade reprodutiva no Brasil já praticou o aborto... católicas/os, evangélicas/os, espíritas...

O estado brasileiro "laico" se confunde com um campo religioso utilizado como um grande "coringa" (DUARTE, et. al. 2006) para que ambos – estado e igreja – possam aliar-se e atingirem as mais altas escalas de poder. Nem que para isso uma "concordata" (ver Jornal Valor Econômico e Notícias Pró-Família 14/10/2010) entre o governo e a CNBB seja realizada sob ameaças realizadas de um contra o outro – como, por exemplo, revisões por parte do governo sobre acordos com a CNBB - ou de um a favor do outro – cartas de presidencialáveis afirmando serem terminantemente contra o aborto, embora estes já tenham afirmado que o aborto seja uma questão de saúde pública e/ou que pessoas do mesmo sexo possam alçar ao casamento legalmente (ver O GLOBO on-line, 13/10/2010).

É no mínimo triste a falta de ética e imensamente desrespeitosa a maneira como está sendo conduzida a campanha eleitoral. Inclusive manifestos já foram produzidos em repúdio ao uso e abuso pela forma como a questão do aborto está sendo instrumentalizada. Esse falso discurso sobre a "família heterossexual" ou em "favor da vida" já não convence mais os cidadãos/os brasileiras/os que desejam um estado laico e verdadeiramente democrático. Não queremos que as

conquistas realizadas pelo governo Lula na luta pelos direitos sexuais e reprodutivos retroceda. Ao contrário, é nosso desejo discutir e dar visibilidade ao tema do aborto e do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Visibilidade política, democrática e de reconhecimento, realizada sem discriminações e preconceitos, tampouco às avessas...

REFERÊNCIAS

- APPADURAI, Arjun. "Disjunção e diferença na economia cultural global". Em: FEATHERSTONE, Mike (org.). Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes. 1999.
- MAUSS, Marcel. "Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de 'eu'". Em: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naif. 2003.
- DUARTE, Luis Fernando Dias; JABOR, Juliana; GOMES, Edlaine; LUNA, Naara. "Família, reprodução e ethos religioso: subjetivismo e naturalismo como valores estruturais. In: Família e Religião. DUARTE, Luis Fernando Dias; HEILBORN, Maria Luiza; LINS DE BARROS, Myriam; PEIXOTO, Clarice (Orgs).
- JORNAIS ON-LINE
DILMA ESCREVERÁ MANIFESTO SE POSICIONANDO CONTRA A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO E O CASAMENTO HOMOSSEXUAL. O GLOBO, on-line, 13/10/2010.
EVENTUAL VITÓRIA DE SERRA SERIA RETROCESSO, DIZ MANIFESTO DE CRISTÃOS. Notícias Pró-Família, 14/10/2010.





Eleições presidenciais 2010: em leilão, os ovários das mulheres!

sábado, 9 de outubro de 2010

Fátima Oliveira

“Isso aqui”, o Brasil, não é um colônia religiosa, não é um Reino e nem um Império, é uma República! Dado o clima do segundo turno das eleições presidenciais brasileiras, parece que as urnas vão parir uma Rainha ou um Rei de Sabá, uma Imperatriz ou um Imperador, que tudo pode, manda em tudo e que suas vontades e ideias, automática e obrigatoriamente, viram lei! Não é bem assim...

Bastam dois neurônios íntegros para nos darmos conta que o macabro leilão de ovários (com os ovários de todas as brasileiras!), em que o aborto virou cortina de fumaça, objetiva encobrir o discurso necessário para o povo brasileiro do que significa, tímido por tímido, eleger Dilma ou Serra.

No tema do aborto a tendência mundial é, no mínimo, o aumento dos permissivos legais, que no Brasil são dois, desde 1940: gravidez resultante de estupro e risco de vida da gestante. Pontuando que legalização do aborto ou o acesso a um permissivo legal existente não significa jamais a obrigatoriedade de abortar, apenas que a cidadã que dele necessitar não precisa fazê-lo de modo clandestino, praticando desobediência civil e nem arriscando a sua saúde e a sua vida, cabe ao Estado laico e democrático colocar à disposição de suas cidadãs também os meios de acessar um procedimento médico seguro, como o abortamento.

Negá-lo, como tem feito o Brasil, que se gaba de possuir um dos sistemas de saúde mais badalados do mundo que garante acesso universal a TODOS os procedimentos médicos que não estão em fase de experimentação, é imoral, pois quebra o princípio do acesso universal do direito à saúde! Eis os termos éticos para o debate sobre o aborto numa campanha eleitoral. Nem mais e nem menos!

Então, o que estamos assistindo nas discussões do atual processo eleitoral é uma disputa para ver quem é a candidatura mais CAPAZ de desrespeitar os princípios do SUS, pasmem, em nome de Deus, num Estado laico! Ora, quem ocupa a presidência da República pode até ser carola de carteirinha, mas para consumo pessoal e não para impor seus valores para o conjunto da sociedade, pois a República não é sua propriedade privada!



Repito, não podemos esquecer que isso aqui, o Brasil, é uma República que se pauta por valores republicanos a quem todos nós devemos respeito, em decorrência, não custa nada dizer às candidaturas que limitem as demonstrações exacerbadas de carolice ao campo do privado, no recesso dos seus lares e de suas igrejas, pois não estão concorrendo ao governo de um Estado teocrático, como parece que acreditam. Como cidadã, sinto-me desrespeitada com tal postura.

As opções religiosas são direitos pétreos e questões do fórum íntimo das pessoas numa democracia. Jamais o norte legislativo de uma Nação laica, democrática e plural. Para professor uma fé e defendê-la é preciso liberdade de religião, só possível sob a égide do Estado laico, onde o eixo das eleições presidenciais é a escolha de quem a maioria do povo considera mais confiável para trilhar rumo a um país menos miserável, de bem-estar social, uma pátria-mátria para o seu povo.

Ou há pastores/as e padres que insistem em ignorar a realidade? “Chefe religioso” ignorante de que a sua religião necessita das liberdades democráticas como do ar que respiramos, não merece o lugar que ocupa, cabendo aos seus fiéis destituí-los do cargo, aí sim em nome de Deus, amém!

O leilão de ovários em curso resulta de vigarices e pastorices deslavadas, de má-fé e falta de escrúpulos que manipulam crenças religiosas de gente de boa-fé para enganá-las, como a uma manada de vaquinhas de presépio, vaquejadas por uma Madre Não Sei das Quantas, cristã caridosa e reacionária disfarçada de santa, exemplar perfeito de que pessoas desse naipe só a miséria gera. Num mundo sem miséria, madres lobas em pele de cordeiro são desnecessárias e dispensáveis. É pra lá que queremos ir e o leilão de ovários quer impedir!

Quem porta uma gota de lucidez tem o dever, moral e político, de não permitir que a escória fundamentalista de qualquer religião, que faz da religião um balcão de negociatas que vende Deus, pratica pedofilia e fica impune e ainda tem a cara de pau de defender a impunidade para pedófilos e os acoberta desde os tempos mais remotos, nos engabele e ande por aí com uma bandeja de ovários transformando a escolha de quem presidirá a República num plebiscito pra definir quem tem mais mão de ferro pra mandar mais no território do corpo feminino!



Cadê a moral dessa gente desregrada para querer ditar normas de comportamento segundo a sua fé religiosa para o conjunto da sociedade, como se o Brasil fosse a sua “comunidade religiosa”? Ora, qualquer denominação religiosa em terras brasileiras está também obrigada ao cumprimento das leis nacionais, ou não? Logo o que certas multinacionais da religião fizeram no processo eleitoral 2010 tem nome, chama-se ingerência estrangeira na soberania nacional. E vamos permitir sem dar um pio?

Diante dessa juquira (brotação da mata pós-desmatamento), onde só medrou urtiga e cansação, cito Brizola, que estava coberto de razão quando disse: “O Brasil é um país sem sorte”, pois em pleno Século 21 conta com candidaturas presidenciais (não sobra uma, minha gente!) reféns dos setores mais arcaicos e feudais de algumas religiões mercantilistas de Deus.

É hora de dar um trato ecológico na juquira que empana os ideais e princípios republicanos, fora dos ditames da “moderna” agenda verde financeira neoliberal da “nova política”, que no Brasil é infectada de carcomidas figuras, que bem sabemos de onde vieram e pra onde vão, se o sonho é fazer do Brasil um jardim de cidadania, similar ao que Cecília Meireles tão lindamente poetou.

*“Quem me compra um jardim com flores?/
borboletas de muitas cores,/
lavadeiras e passarinhos,/
ovos verdes e azuis nos ninhos?/
Quem me compra este caracol?/
Quem me compra um raio de sol?/
Um lagarto entre o muro e a hera,/
uma estátua da Primavera?/
Quem me compra este formigueiro?/
E este sapo, que é jardineiro?/
E a cigarra e a sua canção?/
E o grilinho dentro do chão?/
(Este é meu leilão!)”* [Leilão de Jardim, Cecília Meireles].

Em 2010 em nosso país o que está em jogo é também a luta por uma democracia que se guie pela deferência à liberdade reprodutiva e que considere a maternidade voluntária um valor moral, político e ético, logo respeita e apoia as decisões reprodutivas das mulheres, independente da fé que professam. Nada a ver com a escolha de quem vai mandar mais no território dos corpos das mulheres! Então, xô, tirem as mãos dos nossos ovários!

* Fátima Oliveira é médica e escritora. Feminista. Integra o Conselho Diretor da Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR) e o Conselho Consultivo da Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas e do Caribe.



As meninas e os canalhas

por Jorge Furtado em 09 de outubro de 2010

No ano passado, em Recife, uma menina de 9 anos, grávida de gêmeos após abusos do padrasto, realizou o aborto legal. Na época, o arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho, anunciou a excomunhão da garota, da mãe e dos médicos que atenderam a menina. O estuprador não foi excomungado.

José Serra, Indio da Costa e seus companheiros da imprensa demotucana tentam retomar o poder no Brasil, país que governaram por oito anos, antes de Lula. É difícil para a direita usar argumentos racionais, já que seu governo, que alterou a constituição em causa própria, manteve praticamente imóvel a desigualdade social, quebrou o país três vezes, provocou altas taxas de desemprego com índices de crescimento muito baixos e promoveu grossa - e nunca investigada - corrupção nos porões da privatária, terminou seu mandato com baixíssimo índice de aprovação popular.

A situação do Brasil hoje, depois de oito anos do governo petista, é outra: o país cresceu, distribuiu renda, gerou 15 milhões de empregos e incluiu no mercado consumidor mais de 30 milhões de brasileiros saídos da pobreza. As perspectivas são boas, com o petróleo do pré-sal trazendo ao país investimentos que geram empregos e com o governo aprovado por 80% dos brasileiros.

Portanto, sem poder falar de política ou do mundo racional, José Serra, Indio da Costa, alguns nazipastores, a direita e sua imprensa, apelam para o misticismo mais tacanho, tentando ganhar votos com argumentos religiosos.

No primeiros seis meses deste ano, 54.339 mulheres brasileiras foram hospitalizadas em decorrência de tentativas de

interrupção de gravidez, abortos provocados. Os métodos mais utilizados são os medicamentos abortivos (falsificados, fabricados sem qualquer controle, vendidos em camelôs), além de chás caseiros e práticas estranhas, como "beber três goles de água e ficar pulando", até procedimentos altamente perigosos, como a introdução de agulhas e talos, ou a utilização de permanganato de potássio e de substâncias cáusticas. Todos os anos, 250 mulheres brasileiras morrem em decorrência de abortos provocados.

José Serra, Indio da Costa, os nazipastores e a imprensa demotucana acham que este assunto é bom para ganhar votos. A campanha petista prefere não manter este assunto na pauta, melhor falar de outra coisa.

Em nome das 100 mil brasileiras que, todos os anos, são submetidas a uma legislação absurda que quer mandar para a cadeia meninas em pânico com uma gravidez indesejada e que, por isso, agridem o próprio corpo com agulhas de tricô ou soda cáustica, declaro aqui que sou inteiramente a favor da descriminalização do aborto no Brasil.

Não sou - nem nunca fui - filiado a partido algum, não faço parte de qualquer campanha que não pode, portanto, ser responsabilizada por minha opinião.

Quanto aos canalhas oportunistas que, em sua cobiça de poder, se utilizam da saúde alheia e da religiosidade que até ontem desprezavam, espero que, se houver um inferno, sejam todos mandados para lá.

Na Idade Média

Cynara Menezes

8 de outubro de 2010 às 1:47h

Sem qualquer relação com o problema que leva milhares de mulheres à morte todos os anos, o debate sobre o aborto virou uma arma dos conservadores

Em 3 de outubro, um domingo, os brasileiros acordaram cedo, votaram, decidiram democraticamente pelo segundo turno das eleições presidenciais e foram para a cama no século XXI. Mas acordaram no dia seguinte em plena Idade Média, com a religião e o aborto no centro do debate político. Como a eleição termina no dia 31, em pleno Halloween, nas redes sociais a candidata do PT, Dilma Rousseff, passou a ser tratada por seguidores de José Serra, do PSDB, como uma bruxa a quem será preciso queimar. O clima inquisitorial, patrocinado não só por evangélicos, como chegou a se publicar, mas também por alas conservadoras da Igreja Católica, é estimulado pelos tucanos e democratas, que pretendem focar a campanha no tema.

Quando o Brasil foi dormir naquela noite, o aborto era uma questão séria de saúde pública. Realizado clandestinamente, é o responsável por 15% das mortes maternas no País, a quarta causa de óbito de mulheres durante a gestação. São realizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) mais de 180 mil curetagens por ano, grande parte delas causada por abortos malsucedidos. De acordo com uma pesquisa feita pela Universidade de Brasília, mesmo proibido por lei, uma em cada cinco brasileiras com menos de 40 anos expeliu do corpo um feto por vontade própria.

Ao acordar na segunda-feira 4, o brasileiro deparou-se com a notícia de que esse grave problema havia se transformado num trunfo para tentar mudar o resultado das eleições, nas mãos de religiosos e políticos conservadores. Uma trama foi urdida nos subterrâneos do catolicismo mais arcaico para prejudicar a candidata Dilma Rousseff, retroalimentada pelos adversários eleitorais. A própria mulher do candidato José Serra, Mônica, chegou a dizer a um evangélico no Rio de Janeiro, em meados de setembro, que a petista "gosta de matar criancinhas". Impossibilitados de atingir as classes mais baixas com algum halo de programa de governo, democratas e tucanos apelam para o aborto e para a religião em busca dos votos da classe C.

EM DEBATE

PLATAFORMA PARA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL

Setembro de 2010

No contexto das eleições gerais brasileiras de 2010, a **Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto** apresenta para debate propostas para a legalização do aborto no Brasil. Nosso intuito é reverter o processo de denúncias, humilhações e ações judiciais em curso, que atingem tanto mulheres que abortaram quanto as trabalhadoras que as atendem e as organizações que lutam pela legalização, assim como fazer avançar a concretização deste direito das mulheres no futuro próximo.

A Frente, criada no ano de 2008 nacionalmente e que agora se estrutura nos estados, reúne pessoas, organizações, movimentos sociais e parlamentares comprometidos ao mesmo tempo com a defesa das mulheres criminalizadas pela prática do aborto e com a luta em defesa do direito ao aborto legal e seguro.

No Brasil, o caso emblemático de criminalização das mulheres ocorreu no estado do Mato Grosso do Sul, quando, após invasão de um clínica que supostamente fazia abortos, 10 mil mulheres tiveram suas fichas médicas violadas e 2 mil mulheres ficaram sob ameaça de indiciamento. As profissionais que trabalhavam na clínica que realizava o procedimento (três auxiliares de enfermagem e uma psicóloga) foram a júri popular no início de abril deste ano e condenadas sem nenhuma prova. Além disso, outras mulheres que supostamente praticaram aborto nesta clínica foram condenadas, também sem provas, a trabalho comunitário.

Este caso revela o quanto estão fortes e enraizadas no Estado as forças reacionárias. No Congresso, desde 2008, a organização desses setores vem avançando continuamente.

Quatro frentes parlamentares anti-aborto atuam de forma extremamente organizada no Parlamento. Frentes estaduais de parlamentares começam a ser formadas. Integrantes dessas frentes e outros(as) parlamentares que também se posicionam contra a descriminalização e a legalização do aborto ocuparam, em maioria, as comissões que avaliam e votam os projetos de lei que dizem respeito aos direitos das mulheres.

No final de 2008, estes setores propuseram uma CPI que não foi implementada, mas parlamentares reacionários e machistas seguem se articulando para sua efetivação. Paralelamente, projetos de lei retrógrados, contrários aos direitos das mulheres, que foram propostos entre 2007 e 2009, tramitam no Congresso sob forte pressão para votação. Entre eles, há dois projetos orientados para aumentar a criminalização das mulheres: o Estatuto do Nascituro, que, se aprovado, impedirá a realização de abortos até em casos de estupro e criminalizará o debate e luta pela legalização; e o projeto que defende a obrigatoriedade do cadastramento de gestante no momento da constatação da gravidez, uma forma de manter a vida reprodutiva das mulheres sob vigilância, caracterizando as mulheres, de uma forma geral, como criminosas em potencial.

No início do ano de 2010 ocorreram novos fatos que atacaram ainda mais a democracia. Não bastasse a assinatura da Concordata Brasil-Vaticano, que estabelece um estatuto da Igreja Católica no país, desrespeitando a condição laica do Estado, setores da direita, entre eles integrantes da Igreja Católica, ruralistas e defensores da ditadura militar atacaram frontalmente o terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3). Dentre os temas criticados por esses setores, está o apoio à revisão da legislação punitiva do aborto. O plano, elaborado a partir de conferências públicas, ou seja, da participação popular, foi totalmente desqualificado por esses grupos, que querem impor o retrocesso de direitos, a subordinação e controle sobre o corpo e a vida das mulheres.

Os processos eleitorais tem sido momentos em que esses grupos conservadores, em nome da falsa defesa da vida, chantageiam candidatas(os) e eleitorado para fazer prevalecer sua visão ideológica e ampliar as bases conservadoras no poder. Com isso, o debate do aborto fica rebaixado para o âmbito judicial.

Neste contexto, a construção de uma frente ampla, com uma unidade que extrapole os movimentos feministas, é condição fundamental para confrontar e resistir ao avanço das forças conservadoras e criar um clima de diálogo e denúncia na sociedade envolvendo vários setores na intensificação do debate e das ações que criem bases para uma nova correlação de forças que nos seja favorável.

Diante da desinformação generalizada da população, da diversidade de visões sobre a questão e, em especial, dos argumentos falaciosos, falsas informações e toda sorte de mentiras lançadas e difundidas pelas forças patriarcais reacionárias e seus aliados, a Assembléia da Frente, realizada no final de 2009, decidiu pela elaboração e difusão de uma Plataforma pela legalização do Aborto no Brasil.

Essa Plataforma explicita os termos da proposta de legalização do aborto que garante a vida, os direitos e a autodeterminação reprodutiva às mulheres e, ao mesmo tempo, indica as medidas e políticas necessárias para a sua implementação de forma justa, respeitosa e em condições de igualdade para todas as mulheres.

Para uma efetiva autodeterminação reprodutiva das mulheres é preciso a implantação de um conjunto de medidas e políticas que promovam direitos, enfrentem a cultura política patriarcal, o racismo e a desigualdade social. Estas medidas são aqui apresentadas em torno de prioridades, que têm como princípio assegurar a autonomia e a livre decisão da mulher sobre seu corpo e sua vida, respeitando a confidencialidade, privacidade, e garantindo escuta e orientação, principalmente às mulheres jovens, adolescentes e meninas.

Legalizar o aborto no Brasil

Efetivar a proposta de legalização elaborada pela Comissão Tripartite, instituída em 2005 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, e que foi aprovada na II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres como a proposta a ser levada ao Congresso:

- Retirar a prática de abortamento do código penal, mas deixar como crime o aborto forçado. Ou seja, impor e obrigar uma mulher a abortar deve continuar a ser crime, pois é uma violência contra a autonomia das mulheres;
- Garantir o atendimento ao aborto no SUS e na rede complementar (privada) nos seguintes casos:
 - Até 12 semanas por livre decisão da mulher;
 - Até 20 semanas de gestação em casos de gravidez resultante de violência sexual,
- Garantir o aborto ou a antecipação terapêutica do parto, conforme o caso, a qualquer momento da gestação em casos de risco de vida da mãe ou incompatibilidade do feto para com a vida extra-uterina.
- Garantir equipe multidisciplinar para o atendimento as mulheres que recorrem ao serviço de aborto e pós aborto, para acolhimento, informação, orientação com privacidade e respeito a autonomia de decisão das mulheres.

Direitos reprodutivos para as mulheres

- Aumentar a oferta e diversidade de métodos contraceptivos nos serviços públicos de saúde, de modo a assegurar a todas as mulheres, do campo, da floresta e das cidades, durante toda sua vida fértil, da puberdade à menopausa, o acesso a métodos de evitar filhos, seguros e saudáveis, escolhidos de maneira correta e adequado às dinâmicas e peculiaridades de sua vida;
- Melhorar a assistência à gestação, ao parto e puerpério, reduzir a mortalidade materna, reduzir o número de cesáreas no país; promovendo o acesso universal ao parto natural e humanizado para todas as mulheres;
- Aumentar os investimentos em creches e escolas públicas em tempo integral, de modo a contribuir com o exercício da maternidade pelas mulheres reduzindo a carga de trabalho da dupla jornada;
- Garantir e melhorar a efetividade da Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher e fortalecer a Área Técnica de Saúde da Mulher do MS;
- Estancar o processo de violação da atual legislação sobre aborto. Para isso, difundir entre a população, Ministério Público, profissionais do SUS, profissionais do SUAS e da rede pública de educação, informações sobre as condições de aborto legal no Brasil hoje e os serviços de atendimento disponíveis, destacando a obrigatoriedade de se cumprir a legislação;
- Garantir a contracepção de emergência (pílula do dia seguinte), nos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência e em todas as unidades de saúde para que as mulheres tenham fácil acesso e informações corretas de sua utilização;

Garantir os serviços públicos de qualidade para atendimento às mulheres e atenção humanizada ao abortamento

- Aumentar e garantir a efetividade dos serviços de aborto legal hoje existentes, fazendo cumprir a Norma Técnica de Atenção humanizada ao Abortamento - Ministério da Saúde - 2004. Essa Norma técnica, nos termos da atual legislação, assegura o aborto para mulheres, meninas e adolescentes que assim desejarem desde que a gravidez resulte de estupro ou imponha risco de vida para a mãe, respeitado a decisão da mulher ou pessoa responsável, no caso de crianças e adolescentes, e sem a necessidade de autorização judicial nem boletim de ocorrência.
- Assegurar leitos e insumos, bem como treinamento e qualificação dos profissionais de saúde para uso dos métodos seguros de aborto nos termos das definições e orientações da Organização Mundial de Saúde já adotados pelo SUS, mas hoje desrespeitados;
- Ampliar o uso do AMIU (Aspiração Manual Intra-uterina) para aborto até 12 semanas, pois para o início

da gravidez este é o método seguro para a saúde das mulheres;

- Assegurar o uso de fármacos, misoprostol ou similares, seguido de curetagem quando necessário, para abortos a partir da 12ª semana;
- Assegurar cirurgias quando necessário e na antecipação terapêutica do parto sem necessidade de autorização judicial;
- Garantir atendimento rápido, seguro, humanizado e respeitoso às mulheres em situação de abortamento, sem discriminação de classe ou de cor nos serviços do SUS.

Formação e acesso à informações sobre os direitos reprodutivos e sexuais

- Incluir o tema dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres na formação de profissionais da saúde, do direito, da assistência social e da educação;
- Garantir informação sobre a legalização do aborto no âmbito das políticas públicas e ação do governo brasileiro, combatendo quaisquer formas de cerceamento ao debate;
- Informar à população e à polícia que os médicos não podem denunciar as mulheres que fazem aborto, pois isso constitui violação de sigilo profissional e é uma prática ilegal, passível de punição. Deve, também, alertar os médicos quanto a isto;
- Refutar a tese de que se pretende legalizar o aborto até o nono mês de gestação e demonstrar a inverdade desta argumentação dos conservadores. Informar a população a diferença entre aborto e parto nos termos do que determina a OMS (Organização Mundial da Saúde): ao tratar do aborto estamos falando do resultado da interrupção da gravidez até a 22ª semana de gestação e cujo produto pesa até 500g. Desqualificar o argumento de que legalizar o aborto estimula esta prática. Divulgar os dados que comprovam os benefícios da legalização em outros países, com redução de mortes e complicações para saúde das mulheres.
- Explicar porque o plebiscito não pode ser usado no caso do aborto. O plebiscito é um instrumento da democracia direta adequado para tomada de decisão do povo sobre assuntos que afetam o futuro do país e das comunidades, sua decisão obriga os governantes a cumpri-las. O aborto é uma decisão pessoal da mulher, que diz respeito a seu desejo e possibilidade de manter uma gravidez em determinado momento de sua vida. É uma decisão de foro íntimo da mulher, que deve ser compartilhada apenas com as pessoas de seu círculo de confiança: médicos, amigos(as) e familiares. O aborto não é uma questão plebiscitária.
- Combater a visão patriarcal sobre as mulheres que as coloca como seres intelectualmente incapazes biologicamente determinados e moralmente inferiores. Demonstrar que as mulheres cuidam e protegem a vida, das crianças, dos idosos, na saúde e na doença, cuidam do bem estar das pessoas, dentro e fora de casa, nas escolas, creches, asilos e enfermarias, que as mulheres são seres moralmente responsáveis, éticos e capazes de tomada de decisão sobre situações limites como a situação de uma gravidez indesejada.

Respeito ao princípio do Estado laico

- Pôr fim à política de gestão privada do SUS, e desta forma impedir que organizações religiosas, na gestão dos serviços de saúde, privem a população de seus direitos reprodutivos, fazendo com que essa se oriente pelas determinações da Igreja e não pelas portarias e normas técnicas do SUS;
- Igualmente impedir que organizações religiosas participem na elaboração e controle social das políticas públicas, ou recebam recursos públicos para ação social que seja orientada por princípios religiosos, em nome dos quais se promove a criminalização, discriminação, humilhação e perseguição às mulheres e nega-se seus direitos sexuais e reprodutivos;
- Impedir a prática do ensino religioso na rede pública de educação, e garantir a orientação sexual que inclua a informação e distribuição de preservativos.
- Promover e assegurar a liberdade religiosa e de credo no país e concretizar a separação entre Estado e igreja
- Revogar o Acordo Brasil-Vaticano.

Convocamos a sociedade e os movimentos sociais e aliadas(os) a debater e aprimorar esta plataforma de maneira a compreender e difundir o lugar de subordinação a que as mulheres são submetidas e os males que a não legalização do aborto causa às mulheres, em especial as da classe trabalhadora, pobres e negras. Só assim poderemos avançar rumo à construção de um país justo, onde as mulheres efetivamente tenham direito à igualdade e autonomia para determinar seus projetos de vida.

POR QUE DEFENDER A LEGALIZAÇÃO?

A maternidade deve ser uma decisão livre e desejada, uma opção para as mulheres, e não uma obrigação.

Compreendida como função social, é responsabilidade do Estado brasileiro garantir as condições para efetivo exercício dos direitos reprodutivos das mulheres, oferecendo todas as condições, para ter e para não ter filhos.

O aborto é o ultimo recurso das mulheres diante de uma gravidez indesejada.

A criminalização do aborto não impede que ele seja realizado nem reduz sua incidência, mas aumenta em muito as condições de risco de vida para as mulheres, em especial para as mulheres empobrecidas, da classe trabalhadora, que não podem pagar por um aborto clandestino que lhes garanta segurança.

A legislação atual protege apenas as mulheres que abortam em função de gravidez resultante de estupro ou que estão em risco de vida, mas é grande o número de gravidez indesejada resultante do uso inadequado ou falha dos métodos contraceptivos e dos serviços de planejamento familiar.

Pesquisas nacionais realizadas entre 2009 e 2010, com apoio do Ministério da Saúde e de universidades brasileiras, indicam que a maioria das mulheres que abortam usam métodos contraceptivos, tem parceiros fixos, já tem filhos, são jovens e professam alguma religião, a maioria católica. Nos dossiês sobre o impacto da ilegalidade do aborto na vida das mulheres, elaborados pelo Grupo Curumim e IPAS, é grave o desrespeito, os maus tratos e o abandono que as mulheres que estão em situação de abortamento enfrentam nos serviços de saúde. Isso compromete o tratamento adequado e muitas morrem dentro dos serviços. As mulheres que mais correm esses riscos são jovens, negras e pobres.

A ilegalidade do aborto viola os direitos humanos das mulheres, bloqueia o exercício do direito de decidir, sua autonomia, impõe a maternidade obrigatória e fere a dignidade das mulheres.

A ilegalidade do aborto construiu e mantém a indústria do aborto clandestino, em detrimento da efetivação da atenção integral, pública e gratuita à saúde das mulheres em situação de abortamento.

A ilegalidade da interrupção da gravidez leva ao abortamento tardio, com maior sofrimento emocional e riscos de vida para as mulheres.

Nenhuma mulher deve ser presa, perseguida, humilhada ou maltratada por ter feito um aborto

FRENTE NACIONAL CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DAS MULHERES E PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO

E-mail: frentelegalizacaoaborto@gmail.com

Website: www.mulhereslivres.org.br



A batalha de Campo Grande

BY ANTONIO MARTINS – 26/10/2010

Produzir um incidente grave, e atribuí-lo ao adversário, é uma das formas de virar uma eleição quase perdida. Serra e a Globo parecem ter tentado esta estratégia, em 20 de outubro. Foram derrotados por milhões de internautas – e pelo Twitter

Por volta da meia noite de quinta-feira (21/10), o professor José Antonio Meira da Rocha sentiu a agulhoda de uma pulga, atrás da orelha. Três horas antes, ele havia assistido ao *Jornal Nacional*, e “quase” se convenceram com as explicações do “perito” Ricardo Molina. Claro, havia exagero e encenação: é insólito fazer tomografia no cérebro depois de sentir na testa o choque de um rolo de fita adesiva. Mas as imagens pareciam mostrar que José Serra havia sido, de fato, atingido por um objeto um pouquinho mais pesado que uma bola de papel.

Como complemento a suas aulas de Jornalismo Gráfico, no campus de *Frederico Westfalen* da Universidade Federal de Santa Maria, José Antonio tem o hábito de debater, com os alunos, tratamento de imagens na internet ou na TV. Instalou em seu computador uma placa de captura de vídeo de 120 reais. Usa o programa Avidemux (eu Ubuntu-Linux) para examinar quadro a quadro tudo o que assiste.

Algo chamou a atenção de José Antonio, quando analisava as imagens da Globo. A suposta fita adesiva surgia do nada. Não aparecia nem antes, nem depois de tocar a cabeça de Serra. O professor comparou com as cenas da bolinha de papel. Nestas, há uma trajetória, um antes e um depois – ainda que o objeto surja naturalmente distorcido, como um risco de luz.

O professor José Antonio considera risível o trecho em que o “perito” Ricardo Molina assegura, em seu laudo das 23h09 de 22/10, que Serra foi atingido por um objeto real, descartando uma fusão de imagens. “Molina, um especialista em áudios, não deveria aventurar-se a análises de vídeo. Ao argumentar que o ‘objeto’ que aparece sobre a cabeça de Serra não é ilusório porque tem formas definidas, ele reforça a hipótese contrária. A característica principal do efeito *artifact* é ser uma distorção. Imagens tênues assumem, quando muito comprimidas, a aparência de objetos com formas exageradamente geométricas. Enxergar o resultado como prova é grosseiro”. Inquieto com uma fita adesiva que se materializava num único quadro, sem existência anterior ou posterior, José Antonio decidiu escrever uma mensagem a seus alunos e às listas de internet especializadas em jornalismo: uma na Universidade do Texas (seguida por dezenas de jornalistas brasileiros), outra no Fórum pela Democratização das Comunicações. Animou-se, enquanto redigia. Ao final, decidiu postar [a análise](#) também em [seu blog](#). Foi dormir às três da madrugada de sexta (22/10). Ao acordar, às onze, estava fora do ar, devido ao excesso de audiência... O desmascaramento do *Jornal Nacional* de quinta-feira – o feito mais decisivo na batalha que a velha e a nova mídia travaram, durante 48 horas e em dois *rounds*, começava a ganhar a blogosfera.

A disputa começou na tarde de quarta-feira. Ao decidir deslocar-se ao Calçadão de São Cristóvão, José Serra contrariou todas as estratégias razoáveis para a campanha de um candidato em segundo turno. Ao menos, para uma campanha normal: de convencimento, diálogo com formadores de opinião e geração de emoções positivas, capazes de se converter em votos. No Rio de Janeiro, Serra teve seu quinto *pior* resultado no primeiro turno: apenas 22,5% dos votos¹. Entre as centenas de zonas eleitorais do Rio, as sete que atendem os eleitores de Campo Grande² estão entre as menos favoráveis ao candidato tucano. Nelas, sua média cai para 18%. Ele perde invariavelmente de Dilma e de Marina, chegando a 15,9% na 246ª zona – onde por pouco não ficou atrás de brancos e nulos (12,3%).

Por fim, em todo o extenso bairro de Campo Grande (o terceiro em área, no Rio), o Calçadão é, talvez, o setor mais adverso ao candidato. São três ruas curtas e muito estreitas, dominadas por comércio popular e ambulante (veja [fotos](#) e [visão de rua](#), no Google). A dez dias das urnas, e cerca de dez milhões de votos atrás de sua adversária, quantos sufrágios seria possível recuperar por lá?

Milhões – caso se criasse um fato político capaz de provocar comoção nacional. A cinco minutos do Calçadão³, está localizada a sede do SintSaúde, o sindicato dos “mata-mosquitos”, agentes da Fundação Nacional de Saúde encarregados de parte do



combate à dengue. Entre as milhares categorias profissionais em que se dividem os trabalhadores brasileiros, é, provavelmente, a que mais teme José Serra. No rastro do “ajuste fiscal” determinado por Fernando Henrique Cardoso em 1999, ele demitiu 6 mil destes trabalhadores de uma vez – um ato tido por muitos como causa do alastramento da epidemia, no período seguinte. A maior parte foi readmitida por Lula, anos depois. A presença de Serra soaria aos “mata-mosquitos”, é evidente, como uma provocação. Na tarde de quarta-feira, um número expressivo deles preparou cartazes às pressas e se dirigiu ao Calçadão para contrapor-se ao candidato. Fizeram-no de modo pacífico. [Foram agredidos](#) pelos segurança do candidato e se exaltaram, o que permitiu à mídia gerar fotos e vídeos de tumulto.

Ainda assim, nenhuma imagem é capaz, até agora, de justificar as duas cenas em que Serra leva as mãos à cabeça – numa delas, produzindo impressão de dor; noutra, imediatamente após falar ao telefone. Foi em torno destas fotos e vídeos que se produziram as duas etapas da disputa.

A primeira vai da tarde de quarta-feira até a noite de quinta. Por volta das 15h, o site *Gi*, da *Globo* “informa” que José Serra fora “atingido na cabeça”, após tumulto provocado por “militantes petistas” em Campo Grande. O filme que acompanha a narrativa, porém não sugere nada grave. O candidato aparece sereno, em todas as cenas. Na última, em que se retira da área, acena e sorri. Na sequência, produz-se algo curioso. A *Globo* deixa de destacar, em seus sites, o [vídeo](#) que ela própria produziu. Ele é substituído por uma [foto estática](#), na qual Serra curva-se para baixo, leva as mãos à cabeça e é circundado por pessoas que gritam. A notícia ganha dramaticidade crescente. O candidato submete-se a tomografia e é aconselhado, por um oncologista (!) ligado ao PSDB e ao DEM⁴, a 24 horas de repouso.

O jornalista Paulo Henrique Amorim reage quase de imediato, em seu blog. Percebendo grande exagero na repercussão dada ao incidente, [compara](#) José Serra a Roberto Rojas, o goleiro da seleção chilena que, em 1989, simulou ter sido atingido por um rojão em jogo contra o Brasil, em 1989. Começa, com este mote, a primeira grande onda de resistência à manipulação. Seu meio principal é o Twitter, onde toda postagem pode associada a um assunto (“tag”) e é possível, graças a isso, acompanhar o que milhões de pessoas escrevem sobre o mesmo tema. Em algumas horas, a “tag” #serraroja espalha-se. A corrente leva milhares de pessoas à investigação jornalística – um fenômeno muito mais potente que o antigo “esforço de reportagem” dos jornalões. Na busca, descobre-se o [vídeo do SBT](#) sobre a caminhada.

A novidade desperta uma catarse. Parece desnudar-se, de forma patética, um comportamento farsesco, presente em toda a campanha de Serra. “Hoje aprendemos que, quando atingidos por uma bolinha de papel, devemos fazer tomografia”, diz uma postagem de ironia sutil, no Twitter. Centenas de outras deboçam do fato de o candidato ter manifestado dor vinte minutos depois do choque com a folha de papel A4 amassada – e logo após ter recebido um telefonema.

Lula, que na quarta-feira estivera a ponto de telefonar a José Serra, solidarizando-se com ele contra a “agressão” sofrida, executou um giro. Na manhã de quinta, ao inaugurar o polo naval do Rio Grande do Sul, fez uma declaração que mudaria o curso da campanha, por obrigar Serra a atacá-lo diretamente. “A mentira que foi produzida ontem pela equipe de publicidade do candidato José Serra é uma coisa vergonhosa. Ontem deveria ser conhecido como dia da farsa, dia da mentira. (...) Espero que o candidato tenha um minuto de bom senso e peça desculpas ao povo brasileiro pela mentira descarada”

Entre a manhã e a tarde de quinta-feira, #serraroja tornou-se uma preferência mundial, um fenômeno tão impressionante quanto o “Cala Boca, Galvão” – que chegou a merecer, durante a Copa do Mundo, uma capa de *Veja*... Nesse mesmo período, começou, porém, uma reação. Diante da chacota que se seguiu à revelação de que uma bolinha de papel “ferira” José Serra, surgiu – vinte e quatro horas depois do incidente de Campo Grande – um “novo” vídeo. Feito pelo repórter Ítalo Nogueira, num telefone celular, tem qualidade muito precária. Apareceu primeiro no site da *Folha de S.Paulo*, no meio da tarde de quinta. Embora tenha tomado a iniciativa de divulgá-lo, a sucursal carioca do jornal jamais chegou às conclusões que a *Rede Globo* sacaria (leia [coluna](#) de Jânio de Freitas a respeito).

À noite, poucas horas depois de difundidas, as novas imagens ganhavam o país por meio do *Jornal Nacional*. Eram uma espécie de revanche: por isso, precisavam ser tratadas como



verdade absoluta. Ocuparam sete minutos do noticiário – um tempo só concedido, em condições normais, aos grandes acontecimentos nacionais ou internacionais. Zombavam de milhões de usuários do Twitter, e do próprio Lula. Ressuscitavam a foto dramática em que Serra leva as mãos à cabeça.

“Explicavam” que, além da bolinha, o candidato havia sido atingido por outro objeto, “mais consistente”. Vinham com a suposta chancela do “perito” Ricardo Molina – um “especialista” cultivado pela Globo, cujo currículo inclui a tentativa de culpar o MST pelo massacre de Eldorado de Carajás; de “demonstrar” que PC Farias suicidou-se; e de inocentar o casal Nardoni pela morte da menina Isabela.

Tinham o poder da *Rede Globo*: sua audiência, sua capacidade de repercutir imediatamente e influenciar outras mídias. Tudo indica que teriam promovido um tufão. Em especial, porque supostamente desautorizavam os dois pilares essenciais à candidatura Dilma: a mobilização social e o apoio do presidente mais popular da história do país. Em outras condições, teriam permitido à emissora exercer o mesmo papel que desempenhou nas eleições de 1989 – e que tentou cumprir em 2006.

Agora, foi diferente. O professor José Antonio Meira Rocha foi o primeiro a contestar o *Jornal Nacional* e seu “perito”. A partir das primeiras horas da manhã de sexta, o Twitter deu publicidade intensa e rápida a seu esforço. Em algumas horas, desenhava-se um novo fenômeno na internet, mais consistente que o anterior. Agora, a “tag” #globomente substituiu #serraroja. Já não era apenas o desprezo às mistificações de um candidato – mas o protesto claro contra um sinal evidente de manipulação midiática, praticado pela maior emissora do Brasil.

A análise de Meira Rocha feita com equipamento amador, nas últimas horas de vigília após um dia de trabalho. Mas o Twitter deslançou uma nova onda de esforço coletivo. Na trilha aberta pelo professor, e dispo de mais tempo, outros estudos evidenciaram com clareza ainda maior os sinais de fraude imagética. Vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais, o advogado Marcelo Zelic publicou no YouTube um estudo intitulado [“Farsa em 6 partes”](#). Nele, além de destacar a ausência de trajetória na “fita crepe”, no vídeo exibido pela Globo, aponta os primeiros sinais de faturação deturpada de imagens. Ao contrário do que ocorrera ao ser atingido por uma bolinha de papel, Serra permanecia inteiramente impassível, diante do choque com o que Molina chamara, na véspera, um “objeto maior e mais consistente”. Além disso, as cenas da “fita crepe” haviam sido fundidas com a foto em que o candidato leva as mãos à cabeça, em sinal de dor. Houvera um lapso de vinte minutos, entre os dois momentos. Juntá-los, como se fizessem parte de uma mesma sequência, era sinal evidente de má-fé.

Mas o estudo em que os sinais de falsificação são mais consistentes – e mais úteis, para uma investigação futura – é, provavelmente, [“Bolinhaagate”](#), postado também YouTube pelo cineasta [Daniel Florêncio](#). Graças a sua experiência no tratamento de imagem, Florêncio aponta com clareza dois fatos eloquentes. O suposto rolo de fita crepe que teria “atingido” o candidato é, na verdade, distorção da cabeça de um correligionário, que está bem atrás de Serra. Ele permanece impassível simplesmente porque não pode sentir um impacto que *não* houve. O vídeo foi fundido com outra cena (Florêncio aponta o instante preciso da fusão, destacando objetos que surgem e desaparecem, em cada um dos trechos), para transmitir a falsa impressão de que, depois de “atingido”, Serra leva as mãos à cabeça.

A multiplicação das evidências de fraude, apontadas cada vez com mais detalhe, produz um novo fenômeno no Twitter. Na sexta-feira (22/10) à tarde, a “tag” #globomente está entre as três mais mencionadas, em todo o mundo. A Globo foi nocauteada no segundo *round*. O assunto desaparece por completo do *Jornal Nacional*, nesse dia e em todos os seguintes. Às 23h09, entra a nota do “perito” Molina, a tentativa de colocar uma pedra sobre o assunto.

No final da noite de sexta, o jornalista Paulo Cesar Rosa, diretor da Veraz Comunicação, de Porto Alegre, posta, via Twitter, uma hipótese perturbadora: “Se bopear, o Serra saiu, da entrevista que deu no dia anterior à Globo, com o roteiro da bolinha pronto...” Mais dois estudos – estes postados por Arcosta, no YouTube, dão força a esta possibilidade dramática. Eles [\(1 2\)](#) reúnem evidências de que a própria bolinha de papel que atingiu Serra tucano foi atirada não por “militantes petistas”, como a *Globo* fez questão de difundir desde o primeiro momento – mas por um guarda-costas do próprio candidato tucano...



Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades

Site — www.nigs.ufsc.br

E-mail — nigsnuc@cfh.ufsc.br

Telefone — (48) 3721-9890

Editoração Gráfica: Felipe Fernandes e Heloisa Souza